

[Important note: The following convenience translation is based on a machine translation. It has been prepared for information purposes. The machine translation has not been reviewed by Allianz. We do not assume any liability, either expressly or tacitly, for the preciseness, completeness or correctness of the translation. In case of deviations between the original text and this translation, the original text will be binding.]

RELATÓRIO SOBRE FUSÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

preparado por

AP SOLUTIONS GMBH

Entidade recetora

relativa à fusão por absorção de

AWP HEALTH & LIFE SERVICES LIMITED

Entidade que transfere

9 de abril de 2025

Conteúdo

1.	Partes e síntese das transacções previstas.....	1
1.1	Sobre a entidade que efectua a transferência.....	1
1.2	Sobre a entidade recetora	2
1.3	Sobre a Allianz Partners Deutschland GmbH	2
1.4	Panorama das transacções previstas.....	3
2.	Secção geral: Efeitos da fusão nas actividades futuras das empresas e das suas filiais.....	3
2.1	Objetivo da fusão e da fusão subsequente	3
2.1.1	Objetivo: Criação de uma unidade europeia de serviços.....	4
2.1.2	Marcos: Fusão e fusão subsequente.....	4
2.2	Efeitos sobre as actividades comerciais das partes e da APD e distribuição futura prevista das actividades comerciais.....	4
2.3	Efeitos sobre as actividades comerciais das filiais das Partes e da APD	5
2.4	Calendário previsto para a operação de concentração	6
3.	Secção específica dos trabalhadores	6
3.1	Efeitos da concentração nas relações laborais dos trabalhadores das partes	6
3.1.1	Efeitos da fusão sobre as relações de trabalho anteriormente existentes na entidade transferidora e as condições de emprego aplicáveis.....	6
3.1.2	Efeitos da fusão sobre as relações de trabalho já existentes na beneficiária entidade e as condições de emprego aplicáveis	7
3.2	Efeitos da fusão subsequente sobre as relações laborais dos trabalhadores das partes e as condições de emprego aplicáveis	8
3.3	Não há alterações significativas na localização das sucursais e das actividades comerciais das Partes	8
3.4	Efeitos da concentração e da concentração subsequente sobre as relações laborais, as condições de emprego e a localização das filiais das partes e da APD.....	9
4.	Perguntas e comentários	9

Preâmbulo

Como parte de uma reorganização interna do grupo Allianz Partners, pretende-se que a AWP Health & Life Services Limited (a "**Entidade que transfere**") seja fundida com a AP Solutions GmbH (a "**Entidade que recebe**") (em conjunto, as "**Partes**" e cada uma delas uma "**Parte**"). Esta fusão intragrupo será implementada ao abrigo do direito das sociedades através de uma fusão transfronteiriça intra-europeia por absorção (a "**Fusão**"). A fusão resultará na transferência de todos os activos e passivos da entidade cedente para a entidade beneficiária. A Fusão é implementada na Irlanda em conformidade com as disposições da Parte 3 dos Regulamentos da União Europeia (Conversões, Fusões e Divisões Transfronteiriças) de 2023 (na sua versão alterada) (os "**Regulamentos Irlandeses sobre Fusões**") e na Alemanha em conformidade com as disposições da Parte I do Livro Sexto (Secções 305 a 318) da Lei da Transformação Alemã (*Umwandlungsgesetz - UmwG*) (a "**UmwG**").

De acordo com o direito alemão, a entidade beneficiária é obrigada, nos termos dos §§ 309 (1), (2), (3) e (5) e 310 (1) da UmwG, a disponibilizar um relatório de fusão por via eletrónica aos órgãos competentes de representação dos trabalhadores e aos trabalhadores não representados por um órgão competente de representação dos trabalhadores da entidade beneficiária, juntamente com um projeto de projeto de fusão. Este relatório de fusão, juntamente com o projeto de projeto de fusão, será igualmente posto à disposição da delegação sindical e dos trabalhadores da entidade beneficiária.

Nós, os Diretores-Gerais da Entidade Recetora, temos o prazer de cumprir a obrigação acima mencionada. Especificamente, de acordo com o Artigo 309 da UmwG, preparámos este relatório para os trabalhadores, a fim de explicar e justificar os pontos abaixo indicados:

- (i) Os efeitos da concentração nas actividades futuras das partes e das suas filiais.
- (ii) Os efeitos da operação de concentração nas relações de trabalho e, se for caso disso, as medidas destinadas a garantir essas relações de trabalho.
- (iii) Quaisquer alterações significativas das condições de trabalho aplicáveis ou da localização das sucursais das Partes.
- (iv) Os efeitos dos factores referidos nos pontos 2 e 3 sobre quaisquer filiais das empresas envolvidas na concentração, caso existam.

Está igualmente prevista a fusão da entidade beneficiária na Allianz Partners Deutschland GmbH o rapidamente possível após a conclusão da fusão (a "**fusão subsequente**"). Prevê-se que a fusão e a fusão subsequente sejam concluídas na mesma data. Por conseguinte, por razões de transparência, o presente relatório inclui igualmente explicações sobre os efeitos esperados desta fusão subsequente.

1. PARTES E SÍNTESE DAS TRANSACÇÕES PREVISTAS

Esta secção contém informações sobre a entidade cedente, a entidade beneficiária e a Allianz Partners Deutschland GmbH, bem como uma breve descrição das transacções previstas.

1.1 Sobre a entidade que efectua a transferência

Uma das Partes é a Entidade que transfere, a AWP Health & Life Services Limited, que é uma sociedade privada limitada por acções constituída na Irlanda com o número 509216 do Companies Registration Office ("**CRO**") e com sede social em 15 Joyce Way, Park West Business Campus, Nangor Road, Dublin 12, Dublin, Irlanda.

A Entidade que transfere não tinha trabalhadores empregados na Irlanda em 28 de fevereiro de 2025. A entidade cedente não contrata quaisquer trabalhadores temporários.

A Entidade que transfere estabeleceu uma sucursal na Bélgica (a "**Sucursal Belga da Entidade que transfere**"). A Entidade que transfere tinha 47 empregados empregados nesta sucursal em 28 de fevereiro de 2025. Como tal, todas as referências, ao longo do relatório, a empregados da Entidade contribuidora dizem respeito a empregados empregados na Bélgica, na Sucursal belga da Entidade contribuidora. Espera-se o número de trabalhadores não se altere significativamente na altura em que a Fusão se tornar efectiva.

Não existe conselho de empresa na entidade cedente. Existe uma delegação sindical na sucursal belga da entidade cedente. A entidade cedente é uma filial indireta a 100% da Allianz SE. A Allianz SE tem um conselho de empresa europeu.

A Entidade que Transfere não tem um conselho de supervisão co-determinado pelos trabalhadores.

1.2 Sobre a entidade recetora

A outra parte na concentração é a entidade beneficiária, a AP Solutions GmbH, uma sociedade de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída ao abrigo do direito alemão, com sede social em Munique, Alemanha, e com sede social em Königinstraße 28, 80802 Munique, Alemanha. A Entidade Recetora está registada no Registo Comercial do Tribunal Local de Munique com o número HRB 177695. A entidade beneficiária é legalmente representada pelos seus diretores executivos, Laurent Floquet, Jacob Fuest, Beatriz Corti Stuber e Clara Silvestri.

A Entidade Recetora tem uma sucursal estabelecida na Irlanda com o número CRO 910102 e com sede em 11b Joyce Way, Park West Business Campus, Dublin 12, Dublin, Irlanda (a "**Sucursal Irlandesa da Entidade Recetora**"). A entidade recetora estabeleceu também uma sucursal na Bélgica (a "**sucursal belga da entidade recetora**").

A Entidade Recetora empregava 327 empregados a 28 de fevereiro de 2025 na Alemanha, 50 empregados na Irlanda e nenhum empregado na Bélgica. No total, a entidade beneficiária empregava 3.413 trabalhadores a 28 de fevereiro de 2025. Espera-se que o número de trabalhadores na Alemanha não sofra alterações significativas quando a fusão se tornar efectiva.

A entidade beneficiária é totalmente detida pela Allianz Partners SAS e é também uma filial indireta a 100% da Allianz SE. A Allianz SE tem, para além do conselho de empresa europeu acima referido, um conselho de empresa do grupo (*Konzernbetriebsrat*). Não existe um conselho de empresa local para os trabalhadores atualmente empregados na entidade recetora na Alemanha. Existem conselhos de empresa locais e outros órgãos representativos dos trabalhadores na entidade recetora ao nível das sucursais em França, Itália, Espanha e Portugal.

A Entidade Recetora não tem um conselho de supervisão.

1.3 Sobre a Allianz Partners Deutschland GmbH

A Allianz Partners Deutschland GmbH (a "**APD**") é uma sociedade de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída ao abrigo do direito alemão, com sede social em Aschheim, Alemanha, e com sede social em Bahnhofstraße 16, 85609 Aschheim, Alemanha. A APD é

registada no Registo Comercial do Tribunal de Munique com o número HRB 125610. A APD é legalmente representada pelos seus diretores executivos, Carsten Staat e Matthias Menke.

A APD tem uma sucursal na Irlanda (a "**APD Irish Branch**"). A APD tem uma outra sucursal na Bélgica (a "**APD Belgian Branch**").

A APD empregava 681 trabalhadores em 28 de fevereiro de 2025 na Alemanha, nenhum trabalhador na Irlanda e nenhum trabalhador na Bélgica. No total, a APD empregava 756 trabalhadores em 28 de fevereiro de 2025.

A APD é uma filial indireta a 100% da Allianz SE. Por conseguinte, o conselho de empresa europeu e o conselho de empresa do grupo são igualmente responsáveis pela APD. Para além disso, a APD tem um conselho geral de empresa (*Gesamtbetriebsrat*) e conselhos de empresa locais na Alemanha, bem como um conselho de empresa nos Países Baixos.

A APD está a criar um conselho de supervisão, que será composto por um terço de representantes dos trabalhadores.

1.4 Panorama das transacções previstas

Prevê-se que a entidade cedente, com todas as suas actividades, seja fundida na entidade beneficiária. Prevê-se, por conseguinte, que todos os activos e passivos da entidade cedente sejam transferidos para a beneficiária. Em da fusão, a entidade cedente deixará de existir.

A fusão da entidade cedente, constituída ao abrigo do direito irlandês, com a entidade beneficiária, constituída ao abrigo do direito alemão, conduz a uma fusão transfronteiriça intra-europeia. A base jurídica para esta fusão transfronteiriça está prevista, nomeadamente, nos artigos 305.o e seguintes da UmwG e na parte 3 da Lei das Sociedades Anónimas. UmwG e na Parte 3 dos regulamentos irlandeses relativos às concentrações.

Após a conclusão desta fusão, a entidade beneficiária, juntamente com os activos e passivos da (então anterior) entidade cedente, será fundida na APD através de uma fusão nacional alemã. A entidade beneficiária deixará então também de existir. Está prevista a conclusão da fusão subsequente após a fusão, mas na mesma data.

Pretende-se que, após a fusão subsequente, a APD continue as respectivas actividades comerciais da entidade cedente e da entidade beneficiária com os respectivos trabalhadores afectos a essas actividades comerciais.

2. SECÇÃO GERAL: EFEITOS DA FUSÃO NAS ACTIVIDADES FUTURAS DAS EMPRESAS E DAS SUAS FILIAIS

Nesta secção geral, são apresentados e explicados, entre outros, os efeitos da concentração e da concentração subsequente sobre as futuras actividades comerciais das partes, das suas filiais e da APD.

2.1 Objetivo da fusão e da fusão subsequente

Prevê-se que as empresas europeias de serviços do grupo Allianz Partners sejam reunidas numa única entidade jurídica com sede na Alemanha. A fusão e a fusão subsequente destinam-se a contribuir para este objetivo.

2.1.1 Objetivo: Criação de uma unidade europeia de serviços

O plano consiste em fundir as empresas de serviços europeias do grupo Allianz Partners, a que pertencem a entidade cedente e a entidade beneficiária, numa única entidade jurídica com sede na Alemanha. Está previsto que a APD seja esta entidade jurídica única, que irá gerir as actividades de serviços locais através de sucursais.

Ao fundir as suas empresas de serviços numa única empresa, o grupo Allianz Partners pretende simplificar a sua organização jurídica. A combinação das empresas de serviços destina-se apenas a uma racionalização a nível empresarial. Não há planos para restringir ou alterar significativamente as actividades e a estratégia comercial do grupo Allianz Partners.

Para atingir o objetivo de criar uma unidade de serviço europeia, realizaram-se em 2023 e 2024 várias fusões e acantonamentos transfronteiriços na entidade recetora.

Além disso, está prevista a realização de várias outras transacções - comparáveis - em paralelo em 2025. Especificamente, as actividades de serviços das várias entidades do grupo Allianz Partners sediadas na União Europeia ser transferidas para a entidade recetora. Após a destas fusões europeias, está prevista a fusão da entidade beneficiária na APD.

Em relação a estas , não estão previstas quaisquer medidas de redução de pessoal, alterações operacionais, transferências ou reestruturações em resultado das transacções. Isto significa também que o número de trabalhadores ao serviço da entidade beneficiária, através das sucursais relevantes, aumentará em conformidade. Não está previsto que o número de trabalhadores da entidade recetora a trabalhar na Alemanha se altere, uma vez que todos os trabalhadores que são transferidos para a entidade recetora no âmbito das transacções acima mencionadas permanecerão empregados no seu respetivo local de trabalho atual fora da Alemanha.

2.1.2 Marcos: Fusão e fusão subsequente

Tanto a entidade cedente como a entidade beneficiária são empresas de serviços grupo Allianz Partners. A fusão e a fusão subsequente têm o objetivo descrito no ponto **2.1.1.** do presente relatório sobre as fusões transfronteiras.

2.2 Efeitos sobre as actividades comerciais das partes e da APD e distribuição futura prevista das actividades comerciais

Todas as actividades comerciais da entidade cedente serão transferidas para a entidade beneficiária e, logo que possível após a conclusão da fusão, para a APD através da fusão subsequente. Por conseguinte, após a fusão subsequente, a APD assumirá, entre outras coisas, as actividades da entidade cedente a seguir enumeradas e explorá-las-á através da sucursal irlandesa da APD e da sucursal belga da APD:

- A prestação de serviços de administração por terceiros ("TPA") a outras entidades do grupo Allianz.

Em termos concretos, isto significa que a totalidade das actividades comerciais da entidade cedente será futuramente explorada pela APD, que atribuirá toda esta atividade à respectiva sucursal em

Irlanda e Bélgica. Por conseguinte, não estão previstas quaisquer alterações em resultado da Fusão ou da Fusão Subsequente. No período entre a fusão e a fusão subsequente, a entidade beneficiária prosseguirá toda a atividade comercial da entidade contribuidora através da sucursal irlandesa e/ou belga da entidade beneficiária (consoante o caso).

Após a conclusão da fusão subsequente, a APD prosseguirá todas as actividades comerciais da entidade beneficiária, juntamente com as actividades comerciais já realizadas pela APD. Por conseguinte, a APD continuará, entre outras, a exercer as actividades comerciais a seguir enumeradas:

- Prestação, centralização e coordenação de serviços, consultoria e assistência técnica (incluindo nas seguintes áreas: assistência à atividade operacional, jurídica, inovação, auditoria, compliance, recursos humanos, marketing, comunicação, política informática, gestão de riscos, etc.) em benefício das entidades do Grupo Allianz Partners;
- Negociação e conclusão de parcerias comerciais e, em particular, a execução de acordos-quadro com clientes do Allianz Partners-Group e prestadores de serviços de assistência na Alemanha e em todo o mundo, a gestão da relação comercial global com parceiros comerciais do Allianz Partners-Group que distribuem os produtos e serviços oferecidos pelas entidades do Allianz Partners-Group;
- Definição das características dos produtos e serviços comercializados pelas entidades do Allianz Partners-Group na Alemanha e em todo o mundo.

As actividades comerciais da entidade cedente e as actividades comerciais anteriormente desenvolvidas pelas sucursais da entidade beneficiária serão prosseguidas pela APD através das suas sucursais nos respectivos países, com os trabalhadores afectos a essas comerciais. As actividades comerciais da Entidade Recetora na Alemanha serão prosseguidas pela APD com os trabalhadores afectos a estas actividades comerciais.

2.3 Efeitos sobre as actividades das filiais das partes e da APD

A Entidade que transfere não tem subsidiárias.

A entidade beneficiária tem duas filiais, a Neoasistencia Manoterias, S.L.U. (Espanha) e a AWP Brokers & Services Hellas SA (Grécia). A fusão não tem efeitos sobre as comerciais destas filiais. No entanto, prevê-se que a Neoasistencia Manoterias, S.L.U. e a AWP Brokers & Services Hellas SA sejam igualmente fundidas na entidade beneficiária em paralelo com esta fusão. Por conseguinte, prevê-se que todas as actividades comerciais da Neoasistencia Manoterias, S.L.U. e a AWP Brokers & Services Hellas SA serão igualmente transferidas para a APD no âmbito da operação de concentração subsequente.

A APD tem duas filiais, a RehaCare GmbH Gesellschaft der medizinischen und beruflichen Rehabilitation e a Mondial Kundenservice GmbH. Não se prevê que as actividades comerciais destas filiais sejam afectadas pela fusão ou pela fusão subsequente.

2.4 Calendário previsto para a operação de concentração

A fusão torna-se efectiva nos termos do artigo 305.º, n.º 1, em conjugação com o artigo 20.º, n.º 1, n.º 1, da UmwG, após a inscrição no registo comercial do tribunal local de Munique responsável pela entidade recetora (a "**data de conclusão**"). Após o registo da fusão no registo comercial do tribunal local de Munique responsável pela entidade recetora, a entidade cedente deixará de existir, os seus activos e passivos serão transferidos para a entidade recetora como um todo sem liquidação e as suas acções serão canceladas.

A fusão subsequente torna-se efectiva nos termos do artigo 20.º, n.º 1, n.º 1, da UmwG, após o registo no registo comercial do tribunal local de Munique responsável pela APD. Prevê-se que o registo tenha lugar na data de conclusão. Após o registo da fusão subsequente no registo comercial do tribunal local de Munique responsável pela APD, a entidade resultante da fusão deixará de existir e os seus activos e passivos serão transferidos para a APD na sua totalidade, sem liquidação.

As partes pretendem que a fusão (e a fusão subsequente) produza efeitos até ao final de agosto de 2025. É igualmente concebível uma data de conclusão anterior ou posterior, uma vez que tal depende do tempo que o registo comercial necessita para examinar a fusão e a fusão subsequente.

3. SECÇÃO ESPECÍFICA DO TRABALHADOR

A secção específica relativa aos trabalhadores destina-se a apresentar os efeitos da fusão e da subsequente fusão sobre os trabalhadores das partes.

3.1 Efeitos da concentração nas relações laborais dos trabalhadores das partes

Os efeitos da operação de concentração nas relações laborais das partes e da APD são descritos e explicados a seguir.

3.1.1 Efeitos da fusão sobre as relações de trabalho anteriormente existentes na entidade resultante da transferência e as condições de emprego aplicáveis

A Fusão não tem qualquer efeito sobre os trabalhadores da Entidade contribuidora e as suas relações laborais (exceto no que respeita à mudança de empregador). Não se espera que a Fusão resulte em quaisquer alterações às actuais condições de emprego da Entidade contribuidora. Em conformidade com o Regulamento 46(1)(g) dos Regulamentos irlandeses sobre fusões (e o acordo coletivo de trabalho belga n.º 32*bis* (para os trabalhadores da sucursal belga da entidade contribuidora)), a fusão da entidade contribuidora resultará na transferência de todos os direitos e obrigações decorrentes dos contratos de trabalho dos trabalhadores da entidade contribuidora para a entidade beneficiária.

Quando a fusão se tornar efectiva, todas as relações laborais da entidade cedente, com todos os direitos e obrigações, serão automaticamente transferidas para a entidade beneficiária. As disposições contratuais individuais, bem como outros acordos empresariais, compromissos, regulamentos e direitos adquiridos, continuarão a aplicar-se sem alterações aos trabalhadores transferidos, mesmo após a fusão.

Todas as obrigações decorrentes de pensões da empresa e de acordos de benefícios conexos e os direitos a pensões da empresa e benefícios conexos dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade contribuidora serão transferidos para a entidade beneficiária e não serão afectados pela fusão e a entidade beneficiária tornar-se-á o empregador patrocinador das pensões da empresa e dos acordos de benefícios conexos e os trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade beneficiária antes da data da fusão não serão elegíveis para essas pensões da empresa da entidade contribuidora.

Não estão previstas quaisquer medidas de redução de pessoal, alterações operacionais, transferências ou reorganizações no âmbito da fusão. Quaisquer acordos de trabalho ou convenções colectivas de trabalho aplicáveis na entidade beneficiária não se aplicarão às relações de trabalho dos trabalhadores da entidade beneficiária após a fusão. A entidade beneficiária será responsável, sem limitações, por todas as responsabilidades, incluindo os pagamentos em atraso, decorrentes das relações de trabalho transferidas a partir do momento da transferência da atividade (ou seja, o momento em que a fusão se torna efectiva), nos termos dos artigos 305.º, n.º 2, frase 1, 20., n.º 1, n.º 1, da UmwG e do Regulamento 46.º, n.º 1, alínea g), dos regulamentos irlandeses relativos às fusões. A entidade cedente deixa de ser responsável, uma vez que deixa de existir, nos termos dos §§ 305 (2) frase 1, 20 (1) n.º 2 UmwG e Regulamento 46(1)(c) dos regulamentos irlandeses relativos às fusões.

3.1.2 Efeitos da fusão sobre as relações de trabalho já existentes na entidade beneficiária e as condições de emprego aplicáveis

A fusão não terá qualquer efeito sobre as relações laborais existentes com trabalhadores da entidade beneficiária. Em especial, não estão previstas rescisões em resultado da fusão. A fusão não alterará as suas actuais condições de emprego na entidade beneficiária. Em especial, as condições contratuais de trabalho individuais, incluindo quaisquer práticas da empresa e compromissos globais, permanecem inalteradas com a fusão.

As responsabilidades conselho de europeu e do conselho de empresa do grupo existentes na Allianz SE não são afectadas pela fusão. Os conselhos de empresa locais e outros órgãos representativos dos trabalhadores existentes na entidade beneficiária não serão afectados pela fusão. O mesmo se aplica a quaisquer acordos de trabalho entre os representantes dos trabalhadores e a entidade beneficiária.

As pensões da empresa e os direitos às pensões da empresa dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade beneficiária também não serão afectados pela fusão.

Tal como a Entidade que Transfere, a Entidade Recetora não tem um conselho de supervisão co-determinado por trabalhadores ou está sujeita a quaisquer regras de co-determinação. Não é necessária uma negociação sobre a futura co-determinação dos trabalhadores na Entidade Recetora. Não são cumpridos os requisitos do artigo 5.º da lei alemã sobre a co-determinação dos trabalhadores em fusões transfronteiriças (*Gesetz über die Mitbestimmung der Arbeitnehmer bei einer grenzüberschreitenden Verschmelzung - MgVG*). Os requisitos do artigo 5.º da lei alemã sobre a co-determinação dos trabalhadores em fusões transfronteiriças também não serão cumpridos na sequência da transferência de trabalhadores no âmbito de outras fusões transfronteiriças a realizar em 2025, independentemente de essas transferências ocorrerem antes ou depois da conclusão da fusão, uma vez que os trabalhadores transferidos são empregados fora da Alemanha em entidades sem quaisquer regras de co-determinação aplicáveis nas respectivas jurisdições estrangeiras.

3.2 Efeitos da fusão subsequente sobre as relações laborais dos trabalhadores das partes e as condições de emprego aplicáveis

Com a entrada em vigor da fusão subsequente, todas as relações laborais da entidade beneficiária, incluindo os (então antigos) trabalhadores da entidade contribuinte, com todos os direitos e obrigações, são automaticamente transferidas para a APD e afectadas à respectiva sucursal da APD. A transferência não terá qualquer efeito sobre as disposições contratuais individuais, bem como sobre outros acordos empresariais, compromissos, regulamentos e direitos adquiridos ou condições de emprego dos trabalhadores transferidos. Estes continuarão a ser aplicados sem alterações na APD.

Todas as obrigações decorrentes de pensões de empresas e acordos de benefícios conexos e os direitos a pensões de empresas e benefícios conexos dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade beneficiária serão subsequentemente transferidos para a APD no âmbito da fusão subsequente.

De acordo com as respectivas leis locais, a APD é responsável, sem limitações, por todas as responsabilidades, incluindo os salários em atraso, decorrentes das relações laborais transferidas a partir do momento em que a fusão subsequente produz efeitos. A partir desse, a entidade beneficiária deixa de ser responsável, uma vez que deixa de existir (artigo 20.º, n.º 1, n.º 2, da UmwG).

Não estão previstas quaisquer medidas de redução de pessoal, alterações operacionais, transferências ou reorganizações no âmbito da fusão subsequente.

Os conselhos de empresa locais e outros órgãos representativos dos trabalhadores existentes na entidade beneficiária continuarão a existir na APD após subsequente fusão sem quaisquer alterações. Quaisquer acordos de empresa da APD celebrados com a comissão geral de trabalhadores da APD no âmbito das suas competências, nos termos do artigo 50.º, n.º 1, da lei alemã relativa à constituição de empresas (*Betriebsverfassungsgesetz - BetrVG*), serão aplicáveis aos trabalhadores da entidade beneficiária empregados na Alemanha. Isto não se aplica se o acordo coletivo de trabalho se limitar a determinadas actividades da APD ou se se aplicarem disposições colectivas ou individuais superiores. Quaisquer acordos de trabalho locais ou acordos de negociação colectiva aplicáveis na APD não se aplicarão às relações laborais dos trabalhadores da entidade beneficiária após a fusão subsequente. As responsabilidades do conselho de empresa europeu e do conselho de empresa do grupo mantêm-se inalteradas. Os acordos colectivos de trabalho existentes mantêm-se em vigor.

3.3 Não há alterações significativas na localização das sucursais e das actividades comerciais das partes

As actividades comerciais da entidade cedente não serão alteradas devido fusão. Nenhuma atividade ou parte da atividade da entidade cedente será alterada ou restringida em termos organizacionais no decurso da fusão. O local de trabalho dos trabalhadores da entidade contribuidora inalterado e estes continuarão a exercer as suas actividades da mesma forma que antes da fusão. O mesmo se aplicará à fusão subsequente, uma vez que esta também não terá qualquer alteração substantiva para os trabalhadores da entidade contribuidora.

Está previsto que, no verão de 2025, todos os trabalhadores da entidade beneficiária e da APD atualmente empregados na Bahnhofstrasse 16, 85609 Aschheim, Alemanha, sejam transferidos. Prevê-se que estes trabalhadores passem a trabalhar na Dieselstraße 6 - 8, 85774 Unterföhring. Esta mudança baseia-se numa decisão comercial separada da entidade beneficiária e da APD e está planeada independentemente da fusão e da fusão subsequente. As estruturas operacionais da atividade

A sede da empresa, Atelierstraße 14, 81671 Munique, Alemanha, manter-se-á e não será objeto de quaisquer alterações.

A fusão tem os efeitos na sucursal irlandesa da entidade beneficiária e na sucursal belga da entidade beneficiária descritos nas explicações relativas à entidade beneficiária acima referidas no presente relatório sobre a fusão. A fusão em si não se destina a provocar quaisquer outras alterações significativas na localização das sucursais, operações e local de trabalho das partes.

A fusão subsequente tem os efeitos sobre a sucursal irlandesa da APD e a sucursal belga da APD, tal como descrito nas explicações relativas à APD acima no presente relatório de fusão. Não está previsto que a fusão subsequente provoque quaisquer outras alterações a este respeito.

3.4 Efeitos da concentração e da concentração subsequente sobre as relações laborais, as condições de emprego e as localizações das filiais das partes e da APD

A Entidade que transfere não tem subsidiárias.

A entidade beneficiária tem duas filiais, a Neoasistencia Manoterias, S.L.U. (Espanha) e a AWP Brokers & Services Hellas SA (Grécia). A concentração não tem quaisquer efeitos sobre as relações laborais, as condições de emprego ou as localizações destas filiais. No entanto, prevê-se que a Neoasistencia Manoterias, S.L.U. e a AWP Brokers & Services Hellas SA sejam igualmente integradas na entidade beneficiária em paralelo com a presente operação de concentração. Prevê-se, por conseguinte, que os trabalhadores da Neoasistencia Manoterias, S.L.U. e da AWP Brokers & Services Hellas SA sejam igualmente transferidos para a APD no âmbito da fusão subsequente.

A APD tem duas filiais, a RehaCare GmbH Gesellschaft der medizinischen und beruflichen Rehabilitation e a Mondial Kundenservice GmbH. Tanto a RehaCare GmbH Gesellschaft der medizinischen und beruflichen Rehabilitation como a Mondial Kundenservice GmbH continuarão a ser filiais da Allianz Partners Deutschland GmbH na sequência da subsequente. Não se prevê que a própria fusão ou a fusão subsequente tenha qualquer efeito sobre estas filiais ou sobre as relações laborais, as condições de emprego ou a localização das filiais.

4. PERGUNTAS E COMENTÁRIOS

Em caso de dúvidas sobre o presente relatório, queira contactar o seu contacto habitual no departamento de RH. Se pretender apresentar uma declaração na aceção do n.º 3 do artigo 310.º da UmwG, solicita-se que a envie para "azp-transformation-taskforce@allianz.com" o mais rapidamente possível.

As declarações dos órgãos representativos dos trabalhadores ou dos trabalhadores das partes, recebidas o mais tardar uma semana antes da data da assembleia geral da entidade beneficiária, que deverá decidir sobre a aprovação do projeto de fusão, serão por via eletrónica aos acionistas da entidade beneficiária, em conformidade com o n.º 3 do artigo 310. A assembleia geral de acionistas terá lugar o mais tardar 6 semanas após a disponibilização eletrónica do presente relatório de fusão.